

Ex-tenente recorrerá a entidades estrangeiras para provar que vive

Há 17 anos, militar reformado tenta anular processo; mulher recebe pensão de viúva

RONALDO SOARES

RIO – O ex-primeiro-tenente reformado Milton Mascaro, de 66 anos, vai recorrer a entidades internacionais de defesa dos direitos humanos para tentar obter uma reparação por parte da Aeronáutica, que o considera morto desde 1980. Decepcionado por ter lutado em vão durante os últimos 17 anos para tentar provar à Justiça que está vivo, Mascaro vai denunciar seu caso a entidades estrangeiras.

Reformado em 1955 por problemas relacionados ao sistema nervoso, Mascaro participou, como integrante do Clube Militar, de um ato na Cinelândia, no centro do Rio, um dia após o golpe militar de 31 de março de 1964. Na ocasião, Mascaro ajudou outros dois oficiais a distribuir panfletos do Clube Militar apoiando

do o golpe, em meio a manifestantes favoráveis a João Goulart. O ex-tenente alega ter sido o pivô de um tumulto entre militares e manifestantes que resultou em dez mortos.

Pouco mais de dez anos depois, Mascaro envolveu-se numa disputa por um terreno em Jacarepaguá, na

zona oeste, com um coronel da Aeronáutica. Segundo Mascaro, por causa da disputa ele passou a sofrer perseguição do oficial, chegando inclusive a ficar preso por mais de 30 dias. Por ter revelado em entrevista a um jornal, em 1978,

o episódio ocorrido durante a instauração do regime militar, o ex-tenente foi levado a Conselho de Justificação e teve seu posto e patente cassados em 1980.

Para que sua mulher, Maria Madalena Mascaro, passasse a receber pensão – hoje em torno de R\$ 2,7 mil –, ela teve de assinar documenta-

ção em que se reconhece viúva, e Mascaro passou a ser considerado oficialmente morto pela Aeronáutica. Desde então, vem lutando para anular o processo na Justiça Militar e voltar a receber salário como militar reformado. Além disso, ele quer receber do Estado indenização por danos morais e materiais.

O ex-tenente chegou a relatar seu caso à Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça. Segundo ele, não houve resposta porque se tratava de uma pessoa que não está “liga-

da a nenhum grupo”. “Para a esquerda, eu estava com os militares, e, para o Ministério da Justiça, vai ser difícil resolver porque teria de bater de frente com o Ministério da Aeronáutica”, afirma. Atualmente, o caso está sendo analisado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

COMISSÃO
NÃO MOSTROU
INTERESSE PELO
CASO